

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.680 - MG (2019/0230873-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **R G DO N**  
**ADVOGADOS** : **MARCUS MESSIAS DE FREITAS SANTOS - MG102476N**  
: **FLAVIO HENRIQUE GOMES DE FREITAS - MG107008**  
: **ANDREZA TASSINARI PEREIRA - MG105221**  
**AGRAVADO** : **R R F**  
**ADVOGADO** : **DIEGO COSTA BASAIA - MG132259N**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por R. G. do N. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - RAZÕES RECURSAIS - PRINCÍPIO DE DIALETICIDADE - CUMPRIMENTO - VERBA ALIMENTAR PARA EX-COMPANHEIRA - ALTERAÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE - COMPROVAÇÃO - EXONERAÇÃO - POSSIBILIDADE.*

*- Por impugnarem expressamente os fundamentos da sentença, as razões da apelação atendem ao princípio da dialeticidade, não dando causa à inépcia do recurso.*

*- O encargo alimentar entre ex-companheiros se reveste de caráter excepcional, devendo ser atribuído apenas nas hipóteses em que plenamente demonstrada a necessidade daquele que pleiteia o seu pagamento e a possibilidade do devedor, vez que presumida a capacidade dos mesmos de proverem a própria subsistência após o término da união estável.*

*- Se fixados os alimentos sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo. Inteligência do artigo 1.699, do Código Civil.*

*- Demonstrada a incapacidade do alimentante em suportar o encargo alimentício e evidenciada a incoerência em se perpetuar o encargo, notadamente quando decorrido lapso de tempo suficiente para a reorganização financeira da alimentada, razoável a exoneração do alimentante da obrigação de pagar os alimentos" (fl. 682 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, foi alegada violação dos artigos 1.699 do Código Civil, 13, § 1º e 15 da Lei nº 5.478/1968, ao fundamento de que o recorrido não demonstrou modificação de sua capacidade econômica que possa viabilizar a exoneração de seu encargo como alimentante.

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão de fl. 741 e-STJ).

O recurso foi inadmitido na origem, sobrevindo daí o presente agravo.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

## DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Quanto à questão relativa à alegada ausência de alteração da capacidade do alimentante e suposta inexistência de alteração da necessidade da alimentada, a Corte estadual, ao concluir pelo não provimento da apelação da ora recorrente, entendendo ser justa a exoneração do recorrido no que toca ao pagamento das verbas alimentares, incursionou detalhadamente na apreciação do conjunto fático-probatório, conforme se extrai da leitura do voto condutor, merecendo destaque os seguintes trechos:

"(...)

*Com efeito, em análise às declarações de imposto de renda do requerido, referente aos anos de 2015 e 2016, colacionadas aos autos pelo apelado, verifica-se que de fato houve decréscimo de sua capacidade econômica desde a decisão que arbitrou os alimentos, e que atualmente não auferia renda (ordens 27/33).*

*Outrossim, a carteira de trabalho do apelado (ordem 21) revela sua saída do último registro empregatício em 15 de outubro de 2014, encontrando-se atualmente desempregado. Registra-se, neste aspecto, que, não obstante afirme a apelante ser "bem possível" que o apelado continue prestando serviços como pessoa física ou mesmo através de empresa constituída em nome de outras pessoas, não se desincumbiu a recorrente do seu ônus de comprovar que o apelado possui outro vínculo laborativo.*

*Observa-se, também, atestar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica de ordens 22/23 que as empresas Consenso Serviços Técnicos Ltda e Princípio Serviços Gerais Ltda, nas quais o recorrido figurava como representante da pessoa jurídica, encontram-se inativas.*

*Comprovou, ainda, o apelado, o seu debilitado estado de saúde e os inúmeros gastos farmacêuticos com os quais tem arcado, conforme é possível observar a partir da análise dos relatórios e receitas médicas colacionados às ordens 35/45, todos datados de 2016, ou seja, posteriores à fixação dos alimentos.*

*Importante ressaltar que o apelado, idoso, atualmente com 62 anos de idade, comprovou ser cardiopata, portador de transtorno bipolar e ter sido acometido de câncer de próstata. Além disso, às ordens 98/100, veio aos autos para noticiar a piora em seu estado de saúde, juntando, para tanto, laudos médicos datados de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017.*

*A apelante, por sua vez, possui três filhos do primeiro casamento, todos maiores e capazes que, como consignado pelo juiz sentenciante, podem e devem auxiliá-la em caso de eventual necessidade.*

*Ainda, há notícia nos autos de que ela encontrava-se, em 23 de agosto de 2010, matriculada no terceiro período do Curso de Direito,*

# Superior Tribunal de Justiça

conforme declaração expedida pela Faculdade Arnaldo (ordem 06), informação esta que não foi refutada pela apelante. Desta feita, inda que não se saiba se a recorrente concluiu a graduação, tal fato enfraquece a tese de incapacidade laborativa.

A propósito, o relatório psiquiátrico de ordem 117 se limitou a informar encontrar-se a apelante com quadro de "ansiedade, insônia, negativismo, isolamento social e anedonia", razão pela qual não apresenta condições de exercer atividades laborativas. No entanto, além de não ter o médico especificado a extensão da incapacidade, é sabido que tais enfermidades são controláveis pelo uso de medicação, alguns deles inclusive disponibilizados gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde.

Assim, embora a apelante conte, atualmente, com 53 (cinquenta e três) anos de idade, decorridos mais de 06 (seis) anos do arbitramento da pensão, ou seja, lapso de tempo suficiente para a reorganização financeira da apelante, os documentos apresentados aos autos demonstram a alteração no binômio necessidade/possibilidade.

(...)

Neste contexto, demonstrada a incapacidade do alimentante em suportar o encargo alimentício e evidenciada a incoerência em se perpetuar o encargo, notadamente pelo curto período pelo qual perdurou o relacionamento do casal, denota-se razoável a exoneração do apelado da obrigação de pagar os alimentos" (fls. 687-689 e-STJ).

Desse modo, é clara a intenção da recorrente em obter o reexame das provas juntadas aos autos almejando entendimento distinto daquele alcançado pelo Tribunal de origem. Sua argumentação refuta a conclusão de que houve alteração significativa da capacidade financeira do alimentante, circunstância que, de fato, pode afetar o binômio necessidade-possibilidade e exonerar este último de suas obrigações alimentícias para com a alimentada.

No entanto, percebe-se que a eventual procedência dos argumentos expendidos no recurso obstado exigiria que esta Corte reexaminasse a matéria fática, especificamente quanto às provas utilizadas pelo Tribunal local para julgar procedente o pedido de exoneração dos alimentos devidos pelo recorrido, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, consoante entendimento da Súmula nº 7/STJ.

Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o Tribunal local a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

A propósito:

**"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIMENTOS. EX-CÔNJUGES. EXCEPCIONALIDADE. OBRIGAÇÃO COM TERMO CERTO. AÇÃO DE EXONERAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. ALIMENTANDA QUE TRABALHA EM EMPRESA FAMILIAR E AUFERE RENDA DOS BENS PARTILHADOS QUANDO DA SEPARAÇÃO. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E**

# Superior Tribunal de Justiça

**PROBATÓRIO DOS AUTOS. ÓBICE CONTIDO NA SÚMULA N° 7/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO.**

**1 - Nos termos da jurisprudência atualmente consolidada no STJ, os alimentos entre ex-cônjuges devem ser fixados, como regra, com termo certo, somente se justificando a manutenção por prazo indeterminado do pensionamento em face de situação excepcional, como a incapacidade permanente para o trabalho ou a impossibilidade de reinserção no mercado de trabalho.**

**2 - Hipótese em que Tribunal de origem, soberano na análise da prova, concluiu pela procedência do pedido de exoneração, em face das possibilidades financeiras da alimentanda, bem como em razão da não comprovação da incapacidade de prover o próprio sustento, de forma que a tese defendida no recurso especial demanda reexame do contexto fático e probatório dos autos, vedado pela Súmula n° 7/STJ.**

**3 - Agravo interno a que se dá provimento para negar provimento ao agravo em recurso especial" (AgInt nos EDcl no AREsp 679175 / SP, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Ac. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 7/3/2017, DJe 18/4/2017 - grifou-se).**

**"PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.**

**1. A análise da pretensão recursal relativa ao reexame do binômio necessidade-possibilidade ou à exoneração dos alimentos demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável, portanto, em recurso especial (Súmula n. 7 do STJ).**

**2. Agravo regimental desprovido" (AgRg nos EDcl no AREsp 668455/SC, Min. Rel. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2015, DJe 26/11/2015).**

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 3.000,00 (três mil reais), os quais devem ser majorados para R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) em favor do advogado da parte recorrida, já se levando em conta a majoração efetivada pelo Tribunal de origem, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator